

BOLETIM

ENCCCLA

Estratégia Nacional de Combate à
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 37 – abril/2017



Foto: Freepick.com com modificações.

Nesta quarta-feira, 19/4, o Gabinete de Gestão da Encccla (GGI) irá reunir-se extraordinariamente para deliberar a respeito da composição de grupo voltado a atuar na avaliação nacional de risco (ANR), já que o tema não é objeto de ação específica neste ano. A expectativa é que na reunião os membros do GGI indiquem seus respectivos representantes que comporão referido grupo, bem como já se inicie um plano de trabalho visando a institucionalização do Comitê Estratégico de Avaliação Nacional de Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo. Tal iniciativa vai ao encontro da Recomendação nº 1 do Grupo de Ação Financeira (GAFI), além de propiciar às autoridades do País um instrumento essencial para otimizar os escassos recursos disponíveis, aplicando medidas preventivas proporcionais à natureza dos riscos identificados. Nesse diapasão, o grande benefício da Avaliação Nacional de Risco será o de identificar quais os setores que apresentam maiores

riscos potenciais e quais os que possam apresentar um risco mais baixo, formando um quadro que permitirá o direcionamento de políticas públicas mais adequadas à mitigação de riscos.

Também neste mês de abril, a Ação 6/2017, coordenada pelo CNMP em conjunto com a SEGOV/PR, enviou convite a agências de publicidade divulgando chamamento para a produção de campanha nacional de prevenção primária à corrupção. O objetivo é suscitar o debate nacionalmente e criar um Selo Enccla de Prevenção Primária à Corrupção como fomento às práticas preventivas educacionais e de integridade social. A campanha deverá ser produzida *pro-bono*, como forma de envolvimento da sociedade na prevenção à corrupção. Em reunião ocorrida em 18/4, a coordenação da ação Ação 6/2017 discutiu os parâmetros para o lançamento de Edital de projetos educacionais de combate à corrupção, integrando à atuação da Enccla, tanto a sociedade civil quanto entres privados que tenham interesse em colaborar com a prevenção primária da corrupção.

Já nos dias 27 e 28 de abril está previsto para ocorrer o *I Congresso Regional da Enccla – Combate efetivo da corrupção no Brasil: é possível?* O evento é um dos resultados da Ação 3/2017 que visa estabelecer diretrizes para atuação coordenada da Advocacia Pública e das estatais com o Ministério Público, os órgãos de controle interno e externo e a Polícia, com vistas à prevenção e ao combate à corrupção. A Ação é coordenada pela Advocacia Geral da União (AGU) e Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGE/RS) e conta com os seguintes colaboradores: ADPF, ANAPE, ANPR, ATRICON, BCB, BNDES, CGU, CNMP, CONACI, CONJUR/MJSP, CVM, MPF, MPM, MPMS, MPRN, MPSC, MPSP, PCRS, PF, PGDF, PGEBA, PGFN, PGMSP, TCU. O evento que é será realizado no Auditório do TCE-RS (Rua Sete de Setembro, 388, Centro Histórico, Porto Alegre), com inscrições gratuitas pelo [site da PGE-RS](#). O objetivo é congregiar as instituições federais e estaduais que atuam no combate à corrupção a fim de que sejam desenvolvidos temas atinentes ao seu modo de atuação; aos instrumentos e técnicas existentes e a serem introduzidos à detecção ou combate de atos ímprobos; ao sistema normativo atual e às alterações legislativas necessárias. Outras informações podem ser obtidas pelo e-mail: imprensa@pge.rs.gov.br ou acessando este [link](#).

Destacam-se ainda os trabalhos da Ação 9/2017, cujo objetivo é criar instrumentos que façam avançar a cooperação jurídica internacional, permitindo a formação de equipes conjuntas de investigação transnacional nas áreas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. No âmbito de referida Ação, o grupo de trabalho coordenado pelo DRCl, em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal e que conta com a colaboração de diversos outros órgãos, entre os quais a ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, AMB, ANPR, Câmara dos Deputados, CGU, CNMP, COAF, CVM, DREI/SEMPE/PR, GNCOG, GSI/PR, MPRJ, MRE, RFB e SENASP/MJSP, reuniram-se no dia 23 de março de 2017, oportunidade em que foi aprovado um plano de trabalho para ser desenvolvido ao longo de 2017. Tal iniciativa representa um importante avanço no tratamento da matéria, pois a constituição de um grupo contendo diversos especialistas na matéria trará uma visão mais ampla e multidisciplinar do tema, propiciando sobremaneira a construção de uma proposta de regulamentação com um grau maior de legitimidade.

Por fim, o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – PNLD está recebendo as últimas indicações de expositores que participarão do 1º Curso Avançado do PNLD, em atenção ao que fora deliberado na reunião do Gabinete de Gestão Integrada da ENCCLA, ocorrida em 08 de março de 2017. O curso abordará uma visão prática e estruturada de um dos fatos relevantes ocorridos durante a Operação Lava Jato, mais precisamente o caso que envolveu a investigação, prisão, denúncia e condenação de Paulo Roberto Costa. Cada expositor terá entre 20 a 40 minutos para apresentar a atuação de cada instituição nos fatos objetos do estudo de caso, identificando as tipologias e os riscos envolvidos,

dificuldades e acertos encontrados em sua atuação, destacando as formas de detecção, correção, repressão e prevenção de riscos similares. Haverá, ainda, espaço para que os demais participantes possam trocar experiências e solução a respeito dos problemas detectados. Será um curso de curta duração (6hs/a), previsto para ser realizado na sede do DRCl/SNJ, no dia 18 de maio de 2017.

Secretaria Executiva



Eventos

Ação 2/2017 participa da Mesa de Debate 4 (- Discussões na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem De Dinheiro (Enccla) em Apoio à Implementação dos Sistemas de Controle Interno Municipais no [IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável](#). O evento é organizado pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e ocorre no dia **26 de abril, das 9h às 12h**, no estádio Mané Garrincha, em Brasília (DF). O Conaci coordenará quatro Mesas de Debate durante o Encontro. [Veja a programação completa](#) das Salas Temáticas.

Ação 3/2017 realiza nos próximos dias 27 e 28 de abril de 2017, em Porto Alegre/RS, o I Congresso Regional da Enccla – Combate efetivo da corrupção no Brasil: é possível? [Acesse a Programação](#).

Agenda de Reuniões ENCCLA 2017

19/04/2017 – **1ª reunião da Ação 4**. Coordenador: MTF/CGU. Colaboradores: AGU, AJUFE, AMB, AMPCON, ANPR, ATRICON, BB, BCB, CADE, CAIXA, CJF, CNPG, COAF, CONACI, MDIC, MPCRS, MPF, MPRJ, MPRN, MPSP, PGFN, REDE NACIONAL DE CONTROLE, RFB, TCU. Local: DRCl, às 9h30.

19/04/2017 – **Reunião Extraordinária do Gabinete de Gestão Integrada da Enccla (GGI)**. Local: DRCl, 14h30.

03/05/2017 – **3ª Reunião da Ação 8**. Coordenador: BCB. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMB, AMPCON, BB, BNDES, CAIXA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, CGU, CNMP, COAF, CVM, FEBRABAN, GSI/PR, MPF, MPMS, MPRJ, MPSP, MRE, PF, PGFN, RFB, SUSEP, SEGES/MP, TCU. Local: DRCl, às 9h30.

04/05/2017 – **2ª Reunião da Ação 3** - Coordenador: AGU. Coordenador Adjunto: PGE/RS. Colaboradores: ADPF, ANAPE, ANPR, ATRICON, BCB, BNDES, CGU, CNMP, CONACI, CONJUR/MJSP, CVM, MPF, MPM, MPMS, MPRN, MPSC, MPSP, PCRS, PF, PGEBA, PGFN, PGMSP, TCU. Local: DRCl, às 14h30.

09/05/2017 - **2ª Reunião da Ação 11** - Coordenadores: PF e MPF. Colaboradores: ADPF, AJUFE, AMPCON, CADE, CGU, CNMP, CNPG, COAF, CONACI, CONCPC, FEBRABAN, GNCOG, MPMGO, MPMA, MPMS, MPPR, MPRJ, MPRN, MPRS, MPSP, MRE, PCMA, PCMG, PCRS, PCSC, PCSP, PGFN, REDE NACIONAL DE CONTROLE, RFB, SENASP/MJSP, TCU. Local: DRCI, às 14h30.

10/05/2017 - **2ª Reunião da Ação 10**. Coordenador: SP/MF. Coordenador adjunto: MPF. Colaboradores: AMB, AMPCON, ANAPE, ANPR, BB, BCB, CAIXA, CGU, CJF, CNMP, COAF, CVM, DREI/SMPE/PR, FEBRABAN, INSS, MD, MPMA, MPMS, MPRN, PF, REDE NACIONAL DE CONTROLE, RFB, TSE. Local: DRCI, às 9h30.

Agenda PNLD

25 a 28/04 – Polícia Civil da Paraíba. Local: João Pessoa/PB

09 a 12/05 – Ministério Público do Maranhão. Local: São Luís/MA

24 a 26/05 – Escola da Magistratura Federal. Local: Fortaleza/CE

06 a 09/06 – Ministério Público do Estado do Acre. Local: Rio Branco/AC

Conheça as Ações Enccla 2017

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os órgãos integrantes da Enccla. Contato: comunica.enccla@mj.gov.br*



[AGU – Advocacia-Geral da União](#)

Ação 3/2017 realiza congresso sobre combate à corrupção

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, promovem o I Congresso Regional da Enccla, com o tema *Combate efetivo da corrupção no Brasil: é possível?*, nos dias 27 e 28 de abril, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O objetivo é congrega as instituições federais e estaduais que atuam no combate à corrupção, a fim de que sejam desenvolvidos temas atinentes ao seu modo de atuação; aos instrumentos e técnicas existentes e a serem introduzidos à detecção ou combate de atos ímprobos; ao sistema normativo atual e às alterações legislativas necessárias.

Dentre as instituições que participam dos painéis estão a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal, a Receita Federal, o Tribunal de Contas da União, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, as Procuradorias-Gerais dos Estados do Sul, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), o Ministério Público do RS e de SC e a Polícia Civil/RS.

Este evento enquadra-se nas iniciativas que vem sendo promovidas no âmbito da Ação 3/2017 da Enccla, coordenada pela AGU e pela PGE/RS, a qual visa estabelecer diretrizes para atuação coordenada da Advocacia Pública e das estatais com o Ministério Público, órgãos de controle interno e externo e a Polícia, com vistas à prevenção e ao combate à corrupção.

O Congresso será realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), na Rua Sete de Setembro, 388, Centro Histórico, Porto Alegre.

[Acesse o link para a programação, informações e inscrições.](#)

[AGU – Advocacia-Geral da União](#)

[Ações contra a corrupção pela Escola da AGU em reunião da ENCCLA 2017](#)

16/03/2017 - A Escola da Advocacia-Geral da União foi representada na 1ª reunião da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à lavagem de dinheiro (ENCCLA) em 2017 que é formada por mais de 70 órgãos dos três poderes da República.

A reunião dos órgãos tem como objetivo planejar estratégias de prevenção de crimes relacionados ao tema e que serão executadas no ano seguinte. Entre as estratégias estão a capacitação e treinamento para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

A Escola da AGU propôs a criação de um calendário anual de seminários, cursos e palestras para a capacitação de gestores e demais agentes públicos, de forma a concretizar uma atuação preventiva da ENCCLA, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de mecanismos internos e externos de controle do Poder Público, bem como à divulgação do papel da Advocacia Pública no combate à corrupção.

A proposta será executada em parcerias com todos os órgãos participantes do ENCCLA e serão ofertados em todas as regiões do país.

Em 2016 a Escola da AGU realizou um curso nos dias 16 a 19 de agosto em Brasília

http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/439190.

Escola da Advocacia-Geral da União

Coordenação de Design e Comunicação – Codecom

(61) 2026-7379 Texto/Resumo: Chiara Ramos/Lugh Custódia

Fotos: Mário Lodi

[ATRICON – Associação dos membros dos tribunais de contas do Brasil.](#)

ENCCLA solicita informações aos Tribunais de Contas

31/03/2017 - A Estratégia Nacional de Combate a Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) solicita aos Tribunais de Contas informações sobre projetos desenvolvidos para fomentar a educação para a cidadania e o fortalecimento dos controles internos dos órgãos públicos. A entidade pede que as informações sejam encaminhadas até o dia 6 de abril para o representante técnico da ENCCLA junto aos Tribunais, Paulo Eduardo Panassol, através do endereço eletrônico panassol@tce.rs.gov.br.

Na área da educação para a cidadania, a Estratégia solicita a descrição de projetos e boas práticas que representem medidas de prevenção primária à corrupção a partir de ações de educação. Os documentos devem detalhar os aspectos relevantes das ações como instrumentos de transformação. A iniciativa visa a atender aos objetivos traçados para a Ação 6 da ENCCLA, que prevê propostas de prevenção à prática da corrupção para o fomento da integridade social e da educação para a cidadania.

Visando a dar efetividade à Ação 2, a ENCCLA também busca informações sobre o desenvolvimento de ações que permitam apoiar a implementação do sistema de controle interno nos estados e municípios. Os dados deverão subsidiar programa de capacitação a ser promovido pela ENCCLA para agentes políticos e servidores das estruturas de controle interno. Na última semana, foram encaminhados aos Tribunais de Contas os Comunicados 001/2017 e 002/2017 solicitando as informações.

A Associação Nacional dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) integra a ENCCLA desde 2013 e, neste ano, atuará em caráter de colaborador das Ações 1, 2, 3, 4 e 6. As temáticas foram definidas durante a XIV Reunião Plenária Anual da ENCCLA. O acordo com o representante da Atricon na Estratégia Nacional, conselheiro Cezar Miola, é necessário "empreender esforços para o desenvolvimento das medidas necessárias à consecução dos objetivos planejados pelas entidades".

[BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social](#)

Integrada pelo BNDES, rede de combate à corrupção busca agência para campanha educativa

07/04/2017 - A criação, produção e veiculação serão *pro-bono*, e as agências poderão fazer uso das peças como forma de divulgação de sua marca, bem como inscrever a campanha em premiações e outras formas de divulgação a serem acordadas.

A rede Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), da qual o BNDES é membro, está convidando agências de publicidade a criar, produzir e divulgar uma campanha educativa de abrangência nacional contra a corrupção. A criação, produção e veiculação serão *pro bono*, e as agências poderão fazer uso das peças como forma de divulgação de sua marca, bem como inscrever a campanha em premiações e outras formas de divulgação a serem acordadas.

Empresas que tenham interesse em colaborar com a iniciativa devem manifestar interesse até o próximo dia 17, enviando e-mail para enccla@mj.gov.br. As peças serão veiculadas nos canais de comunicação próprios das instituições participantes da rede (entre as quais incluem-se órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal). A ENCCLA também buscará parcerias com portais de notícias, jornais, revistas e emissoras de rádio e TV.

São seis os objetivos principais: despertar a reflexão na sociedade sobre a importância do comportamento honesto; suscitar o debate sobre a corrupção do cotidiano; despertar a responsabilidade individual e coletiva na

defesa do interesse público; aproximar atores públicos e privados para que se engajem na campanha; divulgar um edital de seleção de programas educacionais para prevenção primária à corrupção; e divulgar boas práticas e bons projetos de prevenção à corrupção. Após a manifestação de interesse por e-mail, novas informações serão divulgadas para direcionar a agência a apresentar uma proposta de trabalho com suas linhas gerais de criação, produção e veiculação.

Sobre a rede – A ENCLCLA foi criada em 2003, para o arranjo e discussões em conjunto sobre o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. O objetivo é formular políticas públicas voltadas ao tema. O presente esforço de comunicação foi definido como uma das ações a serem desenvolvidas neste ano de 2017.

A coordenação está a cargo do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o auxílio da Secretaria de Governo (SEGOV). Além do BNDES, colaboram: Associação dos Delegados de Polícia Federal, AGU, Associação dos Juizes Federais, Associação Nacional dos Procuradores de Estado, Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil, Banco do Brasil, Caixa, Câmara dos Deputados, Governo do RS, CGU, Conselho da Justiça Federal, COAF, Conselho Nacional de Controle Interno, FEBRABAN, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, Ministério da Defesa, MPF, ministério públicos de Maranhão, Pernambuco e Piauí, Ministério Público do Trabalho, Receita Federal e TCU.

Para saber mais, acesse: enccla.camara.leg.br

[Casa Civil do Governo do Rio Grande do Sul - Casa Civil-RS](#)

Subchefia de Ética participará de Congresso Regional de Combate à Corrupção

30/03/2017 - O Subchefe de Ética, Controle Público e Transparência da Casa Civil, Marcus Vinícius Berthier Góes, recebeu nesta quinta-feira, 30, da Procuradora do Estado, Adriana Krieger, convite para participar como palestrante do *I Congresso Regional de Combate Efetivo da Corrupção no Brasil: é Possível?*. O evento será realizado dias 27 e 28 de abril, no auditório Romildo Bolzan, do Tribunal de Contas do Estado.

O objetivo do Congresso, segundo a procuradora, é reunir as instituições que atuam no combate à corrupção a fim de que sejam desenvolvidos temas pertinentes ao seu modo de atuação, visando estabelecer a detecção e o combate aos atos ímprobos. Trata-se da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, (Enccla), em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado, que é uma coordenadora adjunta da Enccla, explicou.

O Congresso, no Rio Grande do Sul, é promovido pelo Ministério da Justiça, e é o primeiro de uma série de cinco encontros que deverão acontecer em outras regiões do Brasil. Na avaliação do subchefe de Ética, a temática do Congresso é altamente relevante e oportuna para a participação da Subchefia de Ética, através da Casa Civil. O governo do Estado não poderia ficar de fora desse evento porque o governador Sartori tem sido muito sensível a esta temática. A orientação é que a transparência seja disseminada", disse Góes.

Participarão do I Congresso Regional de Combate à Corrupção o Tribunal de Contas do Estado, a Advocacia Geral da União/RS, o Ministério da Fazenda, Ministério Público, Rede de Controle, Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União (CGU/RS), e Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência do RS.

Informações: Silvia Martins - Ascom - Casa Civil

[CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público](#)

Ação 6 da Enccla divulga chamamento para campanha de combate à prevenção primária

03/04/2017 - Recentes pesquisas, como a da Datafolha de 2015, dão conta que a corrupção é o principal problema do Brasil na atualidade. Se antes a saúde, a educação ou a segurança pública incomodavam mais, hoje há uma percepção nítida de que a precariedade de tais direitos fundamentais é responsabilidade da corrupção histórica e sistêmica. A corrupção vicia significativamente a gestão pública e gera uma queda exponencial no índice de competitividade, afastando investimentos, oportunidades e empregos. Este mal, longe de ser exclusividade brasileira, exige dos diversos entes responsáveis por suas estratégias de enfrentamento um aperfeiçoamento contínuo, com inovações de metodologias e inclusão de novos atores, quer porque a técnica dos criminosos é sempre modificada, quer porque estamos longe de uma situação de corrupção controlada. Os resultados dos índices de percepção de corrupção em 2016: 4º país mais corrupto do mundo pelo Fórum Econômico Mundial e a queda de 10 posições na avaliação da Transparência Internacional, reforçam a necessidade de buscar novas formas de enfrentamento.

Assim é que a história de 517 anos de corrupção vem impondo aos responsáveis por seu enfrentamento uma escalada criativa contínua em termos de estratégias. Neste processo, identifica-se que as experiências internacionais exitosas de luta contra a corrupção, como a de Hong Kong, têm sido alicerçadas em um tripé: 1.Repressão/responsabilização/recuperação, 2.Transparência/controle/deteccção e 3. Educação/conscientização. As estratégias nacionais nos dois primeiros eixos do tripé, que são eternamente indispensáveis na luta contra a corrupção, têm apresentado avanços expressivos e colhido frutos importantes, tais como o reconhecimento internacional recebido pela operação lava jato como maior estratégia mundial anticorrupção e nas diversas ações inovadoras de controle social: ranking de transparência dos municípios, aplicativos inovadores para controle social, aplicação da lei de acesso à informação, só para citar alguns. O investimento no terceiro eixo, no entanto, cujo foco é a prevenção primária à corrupção ainda é tímido e disperso no Brasil. Esta constatação, somada a certeza de que é preciso buscar novas frentes e atores para o enfrentamento à corrupção, levou a ENCCLA a inovar em 2017 com a Ação 6, dando o primeiro passo para a criação de uma estratégia nacional de prevenção primária, com foco na educação e participação cidadã preventiva. Naturalmente, a repressão e controle cuidam prioritariamente de fortalecer os freios legais e jurídicos à corrupção, durante ou após a prática do ato de corrupção. Já o terceiro eixo, o da prevenção primária, cuida, de um lado, em fortalecer os freios morais para formar pessoas menos suscetíveis à prática corrupta, prevenindo-a e, de outro, em fortalecer o controle social da gestão pública, através da conscientização da sociedade quanto a sua responsabilidade, como cidadão, para tal papel.

A iniciativa da ENCCLA, com a Ação 6, busca dar mais efetividade aos artigos 205 e art. 214-V da Constituição Federal, art. 2º-V do Plano Nacional de Educação e arts. 22 e 27-I da Lei de Diretrizes e Bases, que especificam a necessidade de uma educação para o exercício da cidadania; bem como implementar um compromisso assumido pelo Brasil, desde 2005, quando entrou em vigor no território nacional a Convenção de Mérida, de "fomentar a participação ativa de pessoas e grupos que não pertençam ao setor público, como a sociedade civil, as organizações não-governamentais e as organizações com base na comunidade, na prevenção e na luta contra a corrupção, e para sensibilizar a opinião pública a respeito à existência, às causas e à gravidade da corrupção, assim como a ameaça que esta representa. Essa participação deveria esforçar-se com medidas como realizar atividade de informação pública para fomentar a intransigência à corrupção, assim como programas de educação pública, incluídos programas escolares e universitários".

O plano de trabalho da ação 6 da ENCCLA está organizado em cinco etapas. A primeira é uma Campanha Nacional de Prevenção Primária à Corrupção, para suscitar o debate nacionalmente, criar um Selo da Prevenção Primária como fomento às práticas preventivas educacionais e de integridade social. A segunda é um Edital de

Chamamento Público para convidar sociedade civil, mercado e academia a colaborarem com a ENCCLA. A terceira etapa é a seleção dos programas de prevenção primária à corrupção e organização em categorias. A quarta etapa é criar um banco virtual de programas educacionais e boas práticas. Para fechar os trabalhos, uma quinta etapa com a construção de perspectivas de futuro com as estratégias contínuas para levar os programas às redes escolares públicas e privadas e criar um think tank com o objetivo de aplicar, replicar e ampliar os programas reconhecidamente exitosos. Este plano de trabalho será executado pelos membros já participantes da ação: Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Secretaria de Governo (SEGOV), Associação dos Delegados de Polícia Federal - (ADPF), Advocacia-Geral da União (AGU), Associação dos Juizes Federais (AJUFE), Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE), Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Casa Civil do Governo do Rio Grande do Sul (CASA CIVIL RS), Controladoria-Geral da União (CGU), Conselho da Justiça Federal (CJF), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (ForGRAD), Ministério da Defesa (MD), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE), Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), Ministério Público do Trabalho (MPT), Receita Federal do Brasil (RFB), Tribunal de Contas da União (TCU), bem como novos atores públicos e privados que nela ingressarem.

COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras

Campanha de Prevenção Primária à Corrupção

05/04/2017 - Ação da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro) convida Agências de Publicidade para produção e divulgação da Campanha

Queremos fazer um Convite!

Prezado(a) Senhor(a) Diretor(a),

Em 2003 foi criada a ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro), uma rede de articulação com vários órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem como do Ministério Público de diferentes esferas, para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate da corrupção e da lavagem de dinheiro. (<http://enccla.camara.leg.br/quem-somos>)

Desde sua fundação, uma lista anual de ações é definida (<http://enccla.camara.leg.br/acoes>) e cada uma delas executada por participantes da rede que assumem a responsabilidade. Para o ano de 2017 a ENCCLA definiu uma ação voltada à educação (Ação 6), com o objetivo de consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção fomentando a integridade social e a educação para a cidadania. Experiências internacionais de enfrentamento efetivo à corrupção mostram que é imprescindível focar na prevenção primária. Ir à causa raiz da corrupção, por meio de programas educacionais, é a única forma de construir uma sociedade formada por pessoas menos suscetíveis a serem corrompidas. É esse o ponto que motiva a Ação 6.

Considerando a relevância do tema desenvolvido pela referida Ação da ENCCLA, bem como pelo seu potencial de transformação social, há a necessidade de se desenvolver uma campanha profissional e tempestiva, de conscientização e chamamento, que atinja todo o país. Para isso queremos contar com a capacidade e expertise de valorosas agências de publicidade para a criação, produção e divulgação da campanha. Por esse motivo estamos contatando sua agência.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é o coordenador da ação, com o auxílio da Secretaria de Governo (SEGOV) e a colaboração das seguintes instituições:

Associação dos Delegados de Polícia Federal - (ADPF), Advocacia-Geral da União (AGU), Associação dos Juizes Federais (AJUFE), Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE), Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Câmara dos Deputados (CD), Casa Civil do Governo do Rio Grande do Sul (CASA CIVIL RS), Controladoria-Geral da União (CGU), Conselho da Justiça Federal (CJF), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (ForGRAD), Ministério da Defesa (MD), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE), Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), Ministério Público do Trabalho (MPT), Receita Federal do Brasil (RFB) e Tribunal de Contas da União (TCU).

A realização da Ação 6 inicia-se com uma Campanha de Prevenção Primária à Corrupção com os seguintes objetivos:

- 1) Despertar a reflexão na sociedade sobre a importância do comportamento honesto, responsável, respeitoso, justo, empático e cidadão, como instrumento de prevenção à corrupção;
- 2) Suscitar o debate sobre a corrupção do cotidiano, ou seja, como a flexibilização de regras de convivência social e pequenos atos de corrupção nas mais variadas esferas da vida leva à massificação dos comportamentos transgressores e caminham, pela frouxidão gradual dos freios morais, aos grandes atos de corrupção;
- 3) Despertar a responsabilidade individual e coletiva na defesa do interesse público;
- 4) Aproximar atores públicos e privados para que apoiem e participem da campanha de diversas formas;
- 5) Divulgar um Edital de Seleção de Programas Educacionais e de Formação de Boas Práticas de Prevenção primária à corrupção (já implementados ou apenas concebidos teoricamente), baseados em valores essenciais para a formação de um caráter avesso à corrupção.
- 6) Divulgar as boas práticas e bons projetos de prevenção primária à corrupção, selecionados e certificados (SELO ENCCCLA), como forma de fomentar e fortalecer as práticas de prevenção primária à corrupção.

A criação, produção e veiculação da campanha serão pro bono. A campanha terá abrangência nacional, e as agências poderão fazer uso das peças como forma de divulgação de sua marca, bem como inscrever a campanha em premiações e outras formas de divulgação a serem acordadas. Para veicular as peças contamos com as parcerias das próprias agências, os canais de comunicação das instituições participantes da ação da ENCCCLA (páginas na internet, *fanpages*, etc.), bem como com parcerias a serem construídas com portais de notícias, jornais, revistas e emissoras de rádio e TV.

Importante destacar que o convite da Enccla está aberto a qualquer agência que tenha interesse em colaborar em esta relevante iniciativa de enfrentamento à corrupção, mas, considerando os prazos do plano de trabalho, esta manifestação de interesse deve se dar até o dia 7 de abril de 2017 por meio de um email para enccla@mj.gov.br.

Após a manifestação de interesse por e-mail, novas informações serão divulgadas para direcionar a agência a apresentar uma proposta de trabalho com suas linhas gerais de criação, produção e veiculação. Recebidas as propostas, algumas serão convidadas a efetivamente integrar a Ação 6 da ENCCCLA, de modo a colaborarem com a realização da Campanha de Prevenção Primária à Corrupção.

Estamos à disposição para um contato pessoal a ser agendado pelo telefone 61 - 3366 9272 / 61 - 98201 8386 (Telegram), da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público.

CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno

Conaci conduz sala temática sobre transparência e combate à corrupção em evento nacional de prefeitos



A quarta edição de um dos maiores eventos nacionais de gestão pública, o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, promovido pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), terá a participação especial do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci). O congresso, que acontece de 24 a 28 de abril, no estádio Mané Garrincha, em Brasília (DF), e que em sua última realização reuniu mais de 9 mil participantes, trará diversos temas de interesse para gestores públicos municipais, dentre eles a Sala Temática 20 “Transparência na gestão, prevenção e combate à corrupção”, que terá a coordenação técnica do presidente do Conaci, Roberto Amoras.

Dentre os subtemas a serem debatidos na referida [Sala Temática](#) (por meio das Mesas de Debates 20.1, 20.2, 20.3 e 20.4), respectivamente, estão: “Controle Interno, essencial à gestão pública proba e de resultados”, voltada para a discussão das macrofunções e dos principais marcos legais, como Lei de Acesso à Informação, Lei Anticorrupção e Lei das Transferências Voluntárias; “Gestão de risco como ferramenta para melhorar a governança e prevenir a corrupção”, que debaterá o mapeamento de processos e sistemas de controles administrativos; “Interação entre Controle Interno x Controle Social”, para análise das leis e da atuação dos conselhos municipais, da imprensa e da sociedade; e “Discussões na Enccla em apoio à implementação dos Sistemas de Controle Interno Municipais”, que faz parte da Ação 2 da Enccla - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para o Exercício 2017, cujo foco é desenvolver iniciativas que permitam apoiar a implementação do Sistema de Controle Interno nos Estados e Municípios.

Para Amoras, o evento constitui-se numa oportunidade de antecipar um dos produtos esperados para a Ação 2 da Enccla 2017, particularmente o que tem como objetivo capacitar servidores de controle interno dos estados e municípios. “O grupo responsável pela Ação 2 vem trabalhando para o alcance dos objetivos traçados. A capacitação é um deles, mas há outros previstos, como levantar os municípios que contam com controle municipal instituído, fazer uma matriz com diferentes modelos operacionais de cada uma das macrofunções contidas na PEC 45/2009 (proposta que prevê inscrever no texto constitucional regras sobre a organização das

atividades do Sistema de Controle Interno), e elaborar propostas de recomendações e termos de ajuste de conduta relativos à implementação de controle interno”, ressalta.

Ainda segundo o presidente do Conaci, Roberto Amoras, o convite da organização do evento para que o Conselho atuasse como parceiro na condução dos debates ligados ao tema de controle interno demonstra a relevância e o respeito que a entidade tem conquistado no cenário nacional. “Ficamos felizes em saber que os trabalhos desenvolvidos pelo Conaci têm alcançado êxito e ainda mais satisfeitos em contribuir de forma prática com o desenvolvimento das gestões municipais. Afinal, pela relevância do evento, teremos uma oportunidade ímpar de sensibilizar um número expressivo de gestores públicos para a importância do Controle Interno como ferramenta de transparência, prevenção e combate à corrupção, mobilizando-os para que compreendam e implementem mecanismos eficientes em suas cidades”, completou.

O IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável é bienal e reúne prefeitos de todo o país, além de ministros, parlamentares, secretários municipais e estaduais, pesquisadores, estudantes e integrantes de delegações estrangeiras. O objetivo é fomentar a construção e a pactuação de alternativas para o enfrentamento da grave situação fiscal dos municípios brasileiros, e por isso traz como tema central “Reinventar o financiamento e a governança das cidades”. Oportunidade ímpar de sensibilizar um número expressivo de Gestores Públicos para importância do Controle Interno como ferramenta de transparência, prevenção e combate à corrupção.

Para acessar a programação completa, clique em <http://www.emds.fnp.org.br>

Mais informações sobre o Conaci:

Ane Ramaldes - Assessora de Comunicação

E-mail: comunicacao@conaci.org.br

Telefone: (27) 99973-4547

CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno

Presidente do Conaci participa de reunião do TCU e da Enccla

28/03/2017 - O presidente do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), Roberto Amoras, está em Brasília-DF nesta terça-feira, dia 28 de março, para cumprir duas agendas relevantes. A convite do ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), na manhã de hoje ele participou da reunião que discute a elaboração do Fórum Nacional do Controle, um evento que tem como objetivo promover a integração dos órgãos de controle.

Várias entidades estão envolvidas, como o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, a Confederação Nacional de Municípios, entre outras, sendo que o Conaci integrará o comitê executivo responsável pela organização do Fórum, juntamente com os institutos Rui Barbosa e Serzedello Corrêa.

“Na próxima reunião devemos fechar a programação do evento, que tem previsão de acontecer no final de agosto”, ressaltou Amoras, complementando que o objetivo da iniciativa é pensar em capacitações conjuntas entre as instituições que atuam com controle, bem como no compartilhamento de boas práticas e experiências.

Ação 11 da Enccla - Já na parte da tarde, Amoras participa de nova reunião da Enccla – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, desta vez para detalhamentos da Ação 11, que tem como

objetivo avançar na integração de métodos operacionais dos órgãos de Estado de controle visando fortalecer o combate à criminalidade organizada.

O grupo de trabalho, cujos coordenadores são membros do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, pretende aprovar o plano de trabalho e apresentar as ideias para a elaboração de proposta normativa e demandar que os parceiros achem em suas instituições casos de alta incidência e baixo impacto.

Mais informações sobre o Conaci:

Ane Ramaldes - Assessora de Comunicação

E-mail: comunicacao@conaci.org.br

Telefone: (27) 99973-4547

[CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno](#)

Conaci participa de reunião da Enccla em Brasília

23/03/2017 - O presidente do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), Roberto Amoras, participou na tarde desta quinta-feira, dia 23 de março, em Brasília-DF, da primeira reunião da Ação 2 da Enccla – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

O grupo de trabalho que atua nessa ação, que visa desenvolver iniciativas que permitam apoiar a implementação do sistema de controle interno dos estados e municípios, tem como coordenação o Ministério de Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União.

O objetivo da reunião é apresentar detalhadamente a Ação 3 da Enccla 2016, que originou a Ação 2 de 2017, avaliar as propostas dos diversos membros do grupo já consolidadas e deliberar sobre o cronograma de implementação, os responsáveis e a aprovação do plano de trabalho.

Vale ressaltar que, em 2017, o Conaci participa de oito das onze ações da Enccla, o dobro em relação ao ano anterior.

Mais informações sobre o Conaci:

Ane Ramaldes - Assessora de Comunicação

E-mail: comunicacao@conaci.org.br

Telefone: (27) 99973-4547

[MJSP- Ministério da Justiça e Segurança Pública](#)

Enccla realiza congresso no RS para discutir o combate à corrupção



1º Congresso Regional da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro irá reunir representantes da AGU, MPF, TCU, Tribunais de Contas e Ministérios Públicos estaduais nos dias 27 e 28 de abril

Brasília, 11/4/17 – Acontece nos dias 27 e 28 de abril, em Porto Alegre (RS), o 1º Congresso Regional da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). O encontro é promovido pela própria Enccla, em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. O tema do evento será *"Combate efetivo da corrupção no Brasil: é possível?"*.

O objetivo do encontro é reunir instituições federais e estaduais que atuam na área para troca de experiência e compartilhamento de instrumentos e técnicas de combate à corrupção, além de discutir o sistema normativo atual e as alterações legislativas necessárias.

Entre as instituições que participam dos painéis estão a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério Público Federal (MPF), a Receita Federal, o Tribunal de Contas da União (TCU), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), as Procuradorias-Gerais dos Estados do Sul, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), o Ministério Público do RS e de SC e a Polícia Civil/RS.

O evento é resultado de iniciativa promovida no âmbito da Ação 3/2017 da Enccla, coordenada pela AGU e pela PGE/RS, a qual visa estabelecer diretrizes para atuação coordenada da Advocacia Pública e das estatais com o Ministério Público, órgãos de controle interno e externo e a Polícia, com vistas à prevenção e ao combate à corrupção. O Congresso será realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), na Rua Sete de Setembro, 388, Centro Histórico, Porto Alegre.

[MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública](#)

Combate à corrupção é tema de seminário internacional no Ministério da Justiça

Evento reúne representantes do Brasil e do Reino Unido para troca de experiências sobre o combate à corrupção

Brasília, 21/3/17 – Especialistas brasileiros e britânicos estão reunidos até esta quarta-feira (22) para discutir o combate à corrupção. O Seminário Internacional Brasil – Reino Unido pode ser acompanhado, ao vivo, pela internet. Acesse aqui. O evento ocorre nos dias 21 e 22 de março, de 9h às 18h, no Auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

O secretário Executivo do ministério, José Levi, esteve presente no seminário e disse que a corrupção compromete o desenvolvimento das políticas públicas e ataca o bem comum. "Por isso, a importância dos

mecanismos de controle serem efetivos. O Brasil avançou muito nessa matéria, preventiva e repressivamente”, disse Levi.

O diretor substituto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ), Isalino Antonio Giacomet Júnior, exaltou a importância do evento para a discussão e troca de experiências sobre o combate a corrupção no Brasil, juntamente com os representantes do Reino Unido e os professores da FGV. “Eu aproveito a oportunidade para lembrar da Enccla e sua importância para o Brasil. São 70 órgãos que se reúnem anualmente para discutir e desenvolver ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil. A Estratégia é reconhecida inclusive em foros internacionais, como o GAFI e a OCDE, como uma bela iniciativa do Brasil para o combate à corrupção”.

A ministra Conselheira do Reino Unido, Louise Stanton, ressaltou a política prioritária de seu país no combate à corrupção, além de exaltar a importância de ações conjuntas, como esse evento. “Reduzir a corrupção é uma prioridade nacional no Reino Unido”, disse.



O evento é realizado pelo Ministério da Justiça em parceria com a Embaixada do Reino Unido no Brasil e com a Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio).

O encontro é fruto do projeto intitulado “Modelo de Reforma da Gestão da Justiça: melhor eficiência pública e redução da corrupção”, financiado pelo Fundo de Prosperidade vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido e que vem sendo implementado pela FGV-Rio, que buscou a parceria com DRCI/SNJ, que exerce a função de secretaria Executiva da Enccla.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social

[MPF- Ministério Público Federal](#)

[Confira os representantes do MPF nas ações da Enccla 2017](#)

Das onze ações prioritárias, oito terão atuação direta de membros da instituição

20/03/2017 - A Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal (5CCR/MPF) indicou, a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, os representantes da instituição – titulares e suplentes – que acompanharão as ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) em 2017. Dentre as onze ações definidas para este ano, oito terão a atuação direta de membros do MPF.

A Enccla foi criada em 2003, sob a coordenação do Ministério da Justiça, como forma de promover a articulação dos órgãos, entidades, instituições e associações envolvidas no enfrentamento da criminalidade. É formada por mais de 70 órgãos, dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

A cada ano, esses órgãos, divididos em grupos de trabalho, se reúnem para traçar as ações do ano seguinte e coordenam a execução de cada uma. Confira as ações de 2017 com representantes do MPF e respectivas lotações:

AÇÃO 1: Propor normatização para melhoria dos processos de governança e gestão a serem adotados em todos os Poderes e esferas da Federação, com foco no combate à fraude e à corrupção.

Representante MPF: Raquel Branquinho - PRR1

Suplente: Eduardo El Hage – PR/RJ

AÇÃO 3: Estabelecer diretrizes para atuação coordenada da Advocacia Pública e das estatais com o Ministério Público, os órgãos de controle interno e externo e a Polícia, com vistas à prevenção e ao combate à corrupção.

Representante MPF: Roberto Antônio Dassie Diana - PR/SP

Suplente: a ser indicado

AÇÃO 4: Definir parâmetros e conceituação de conflito de interesses.

Representante MPF: Marcia Noll Barboza - PGR - 2ª CCR

Suplente: a ser indicado

AÇÃO 5: Elaborar um plano-piloto de ação conjunta para atuação dos órgãos da Enccla em setor de risco.

Representante MPF: Lauro Pinto Cardoso Neto - PRR 1

Suplente: Eliana Pires Rocha - PR/DF

AÇÃO 6: Consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção fomentando a integridade social e a educação para a cidadania.

Representante MPF: Maria Cristina Manella Cordeiro – PRRJ

Suplente: Ana Paula Mantovani Siqueira - PRR1/PGE

AÇÃO 7: Ampliar o compartilhamento de dados para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Representante MPF: Daniel de Resende Salgado – Spea/PGR

Suplente: Victor Carvalho Veggi – Spea/PGR

AÇÃO 9: Criar instrumentos que façam avançar a cooperação jurídica internacional, permitindo a formação de equipes conjuntas de investigação transnacional nas áreas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Representante MPF: Carlos Bruno Ferreira da Silva - PGR

Suplente: Luiz Fernando Voss Chagas Lessa - PRR2

AÇÃO 11: Avançar na integração de estratégias e dos métodos operacionais dos órgãos de Estado de controle visando fortalecer o combate à criminalidade organizada.

Representante do MPF: Luiza Cristina Fonseca Frischeisen - PGR

Suplente: Marcia Noll Barboza – PGR/2CCR

O ofício com as indicações do MPF foi enviado ao Ministério da Justiça em fevereiro, pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Para colaborar com sugestões e informações basta enviar um e-mail para enccla-mpf@mpf.mp.br.

Secretaria de Comunicação Social

MPF- Ministério Público Federal

Enccla convida agências de publicidade para parceria em campanha de combate à corrupção primária

Agências interessadas devem se manifestar até 7 de abril pelo e-mail enccla@mj.gov.br

06/04/2017 - A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) recebe até esta sexta-feira (7) manifestações de agências de publicidade interessadas em atuar de forma voluntária na produção e divulgação de uma campanha de prevenção primária à corrupção. A Enccla é uma rede de articulação que reúne órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate da corrupção e da lavagem de dinheiro.

A iniciativa faz parte de uma das ações estratégicas (Ação 6) definidas pelo movimento para 2017. A Ação 6 visa consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção fomentando a integridade social e a educação para a cidadania. Para isso, uma das propostas é desenvolver uma campanha de conscientização que atinja todo o país.

“Experiências internacionais de enfrentamento efetivo à corrupção mostram que é imprescindível focar na prevenção primária. Ir à causa raiz da corrupção, por meio de programas educacionais, é a única forma de construir uma sociedade formada por pessoas menos suscetíveis a serem corrompidas. É esse o ponto que motiva a Ação 6”, explicam os coordenadores da ação no convite público direcionado a agências de publicidade.

A Ação 6 é coordenada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com auxílio da Secretaria de Governo e colaboração de todas as entidades integrantes da rede. Representam o Ministério Público Federal a procuradora da República Maria Cristina Manella Cordeiro (PR/RJ) e a procuradora regional da República Ana Paula Mantovani Siqueira (PRR1).

A Campanha – Um dos objetivos da campanha publicitária a ser desenvolvida é despertar a reflexão na sociedade sobre a importância do comportamento honesto, responsável, respeitoso, justo, empático e cidadão, como instrumento de prevenção à corrupção. A ação de comunicação também deve suscitar o debate sobre a corrupção do cotidiano, ou seja, como a flexibilização de regras de convivência social e pequenos atos de corrupção leva à massificação dos comportamentos transgressores e caminham, pela frouxidão gradual dos freios morais, aos grandes atos de corrupção.

Além disso, são propósitos da campanha despertar a responsabilidade individual e coletiva na defesa do interesse público; aproximar atores públicos e privados para que apoiem e participem da ação; divulgar edital de seleção de programas educacionais e de formação de boas práticas de prevenção primária à corrupção; e divulgar boas práticas e bons projetos de prevenção primária à corrupção.

A criação, produção e veiculação da campanha serão pro bono. A campanha terá abrangência nacional, e as agências poderão fazer uso das peças como forma de divulgação de sua marca, bem como inscrever a campanha em premiações e outras formas de divulgação a serem acordadas.

O convite da Enccla está aberto a qualquer agência que tenha interesse em colaborar. As manifestações de interesse devem ser enviadas até o dia 7 de abril de 2017 para o e-mail enccla@mj.gov.br. Em caso de dúvidas, entre em contato pelos telefones (61) 3366-9272 ou (61) 98201-8386 (Telegram), da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3405-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br

PGE-RS – Procuradoria – Geral do Estado

Seminário sobre combate à corrupção abre comemorações dos 52 anos da PGE-RS



17/03/2017 - Abrindo as comemorações dos 52 anos da PGE, foi realizado o Seminário “O Combate à corrupção no Brasil: Tendências”, na segunda-feira (13/03), no auditório da PGE, com os palestrantes ex-Senador Pedro Simon e Professor Juarez Freitas.

O Procurador-Geral do Estado, Euzébio Ruschel, ao agradecer a presença dos convidados, “entusiastas da Advocacia Pública”, destacou a importante atuação da PGE no combate à corrupção, citando a Procuradoria Disciplinar e de Probidade Administrativa (PDPA). “Presidimos sindicâncias, buscamos parcerias com outras instituições e assim vamos fortalecendo o controle interno e externo”, avaliou Dr. Euzébio.

Também presente ao Seminário, o representante da Presidência da Assembleia Legislativa e autor do Projeto de Lei nº 45/2016, Deputado Estadual Tiago Simon, ressaltou o papel e o “trabalho importantíssimo da Procuradoria-Geral do Estado, com um corpo de servidores e Procuradores do Estado extremamente qualificado e íntegro, instituição de defesa jurídica do Estado de trajetória irrepreensível”, parabenizando a PGE pelos 52 anos de existência e reforçando o engrandecimento da Instituição.

A representante da PGE na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e idealizadora do Seminário, Procuradora do Estado Adriana Krieger de Mello, relatou a pesquisa feita pela Enccla na Ação nº 6, na área de combate à corrupção. Foi concluído que as Procuradorias-Gerais dos Estados dão atenção à área disciplinar em detrimento da área da probidade, atuando apenas em casos isolados, sendo necessário estimular o trabalho preventivo e repressivo. Dra. Adriana explicitou o trabalho pioneiro da PGE-RS na Enccla, quando assumiu a coordenação adjunta da Ação nº 3, que estabelece diretrizes para atuação coordenada da Advocacia Pública e das estatais com o Ministério Público, os órgãos de controle interno e externo e a Polícia, com vistas à prevenção e ao combate à corrupção, em 1º de dezembro de 2016.

Pedro Simon, ex-senador e ex-governador do Rio Grande do Sul, 87 anos de idade e 63 anos de mandato, relembrou fatos históricos importantes que consagraram a democracia e frisou a responsabilidade de todos para levar adiante as investigações contra a corrupção e corruptores. “Estamos vivendo hoje um momento em que a sociedade está consciente, o povo está consciente, temos o Judiciário, a imprensa, todos do mesmo lado”.

O professor de Direito pela PUC-RS e pela UFRGS Juarez Freitas, com diversas obras publicadas, dentre as quais "O Controle dos Atos Administrativos", discorreu a respeito do tema da desonestidade, da qual a corrupção é uma parte, devendo ser baseada em evidências científicas. Frisou ser essencial a consolidação das carreiras de Estado constitucional, a avaliação de impacto das políticas públicas e o raciocínio para alcançar as soluções no combate à corrupção.

Também participaram do Seminário as Procuradoras-Gerais Adjuntas, Ana Cristina Tópor Beck e Paula Ferreira Krieger; a Subprocuradora Regional da União, Karoline Busatto; a Consultora Jurídica Substituta da Consultoria Jurídica da União no Estado, Advogada da União Tatiana Linn Heck; o Secretário de Controle Externo no RS do Tribunal de Contas da União, Guilherme Yadoya de Souza; a representante do Ministério Público de Contas, Daniela Wendt Toniazzo; o Coordenador do Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público, Promotor de Justiça José Francisco Seabra Mendes Júnior; a Presidente em exercício da Associação dos Procuradores do Estado, Daniele Brasil Lerípio; o Presidente da Associação dos Servidores da PGE, Sérgio Serpa; dentre outras autoridades, Procuradores do Estado, Servidores da PGE e Advogados.

[PGE-RS – Procuradoria – Geral do Estado do Rio Grande do Sul](#)

[PGE-RS é a mais nova parceira da Rede de Controle da Gestão Pública](#)



17/03/2017 - Em reunião, na segunda-feira (06/03), no Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral do Estado oficializou sua adesão à Rede de Controle da Gestão Pública. A Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Institucionais, Ana Cristina Tópor Beck, realizou a apresentação da PGE para os presentes, expondo dentre outros tópicos o Sistema de Advocacia de Estado, as funções da Procuradoria Disciplinar e de Proibição Administrativa e o Procurador do Estado e o combate à corrupção.

A nova Presidente da Rede, Carla Veríssimo de Carli (MPF), saudou e agradeceu a presença da PGE a partir de agora na composição da Rede. O representante do Ministério Público Estadual José Seabra também cumprimentou a PGE, destacando que a Procuradoria deveria estar presente na Rede desde o início de sua formação no Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda na reunião, o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público Fábio George Cruz da Nóbrega, Presidente da Comissão dos Direitos Fundamentais e Coordenador do Fórum Nacional de Combate à Corrupção, fez uma exposição sobre a importância das parcerias na prevenção e repressão à corrupção nas Redes de Controle.

Acompanharam a reunião também a representante da PGE na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), Adriana Krieger de Mello, e a Coordenadora da Procuradoria Disciplinar e de Probidade Administrativa, Patrícia Neves Pereira. Dentre as instituições presentes estavam o Tribunal de Contas do Estado, a Advocacia-Geral da União, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o Ministério Público de Contas, o Ministério Público Estadual, a Controladoria-Geral da União e o Tribunal Regional Eleitoral.

Rede de Controle

O principal objetivo da Rede de Controle é desenvolver ações direcionadas à fiscalização da gestão pública, ao diagnóstico e combate à corrupção, ao incentivo e fortalecimento do controle social, ao compartilhamento de informações e documentos, ao intercâmbio de experiências e à capacitação dos seus quadros.

Para tanto, a estratégia adotada está sendo a de ampliar e aprimorar, de modo expresso e efetivo, a articulação de parcerias entre os órgãos públicos e as entidades, nas diversas esferas da Administração Pública, mediante a formação de rede de âmbito estadual e federal, bem como a interação da rede formada pelos signatários do acordo estadual com a Rede de Controle da Gestão Pública.

RFB - Receita Federal do Brasil

Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Receita completa 21 anos de inteligência fiscal

13/04/2017 - 12 de abril marca o aniversário de criação da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação (Copei), unidade de Inteligência Fiscal da Receita Federal.

As ações de Inteligência fiscal no âmbito da RFB têm suas raízes na década de 1970, época em que Grupos Especiais de Fiscalização tiveram destacada atuação no combate aos crimes de sonegação fiscal, contrabando, descaminho, fraude comercial, tráfico de drogas e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

Na década de 1990, com demandas crescentes por atuação mais ativa em forças-tarefa com outros órgãos, principalmente em investigações sobre corrupção e desvios de recursos públicos, percebeu-se a necessidade de a RFB melhorar sua capacidade de atuação contra fraudes fiscais complexas.

Tal percepção motivou a criação, em 1994, do Grupo Especial de Inteligência Fiscal, composto por servidores originados de diversas Regiões Fiscais, formalmente estruturado com dois escritórios regionais, um na cidade do Rio de Janeiro/RJ e outro em São Paulo/SP. Durante o ano de 1995, outras equipes começaram a se estruturar informalmente, o que deu origem aos Escritórios regionais de Recife/PE, Salvador/BA e Curitiba/PR.

O aumento da sofisticação e complexidade de esquemas de sonegação e fraudes fiscais exigiam atuação cada vez mais especializada da RFB em determinados segmentos econômicos e em âmbito nacional, o que levou à implantação, em abril de 1996, da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação (Copei), a unidade de Inteligência da então Secretaria da Receita Federal (SRF).

Inicialmente estruturada com uma Coordenação Operacional, duas Divisões e dez Escritórios Regionais, a necessidade de instalação de outras unidades operacionais em localidades consideradas estratégicas para a RFB levou à criação, em 1998, de núcleos de Pesquisa e Investigação nas cidades de Vitória/ES e Manaus/AM. Em 2001 foram criadas duas novas unidades do gênero: os Núcleos de Pesquisa e Investigação (Nupei), das cidades de Foz do Iguaçu/PR e de Santos/SP.

Mudanças regimentais ocorridas em 2007, fruto da criação da atual Secretaria da Receita Federal do Brasil, contemplaram a Copei com mais quatro unidades, três das quais permanecem na atual estrutura regimental: a Coordenação de Assuntos Estratégicos, o Serviço de Aplicações Tecnológicas e o Núcleo de Pesquisa e Investigação em Campo Grande/MS. Posteriormente, em 2012, foi criada a Seção Especial de Pesquisa e

Investigação, na cidade de Natal/RN. Mais recentemente, em 2014, foi inaugurado em São Paulo o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (Lab/LD), para implementar os recursos tecnológicos necessários ao efetivo combate à criminalidade.

No âmbito da RFB, a Copei é o órgão responsável pelas atividades de Inteligência Fiscal, tendo como principais atribuições nesse campo:

A análise, a produção e a difusão de conhecimentos de inteligência fiscal para assessorar o processo decisório, em subsídio ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento das atividades próprias da RFB;

O desenvolvimento de investigações em cooperação técnica com outros órgãos (Polícia Federal, Ministério Público Federal e Poder Judiciário, por exemplo), especialmente no combate a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ao terrorismo e seu financiamento, ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, às fraudes à execução fiscal, e a outros ilícitos praticado contra a administração pública federal, ou em detrimento da fazenda nacional.

A Copei tem ainda por atribuição a representação da RFB em órgãos e iniciativas de Estado relacionadas às atividades de inteligência e de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, tais como a Estratégia Brasileira de Combate a Corrupção à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra a lavagem de dinheiro (REDE-LAB), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp) e Sistema de Inteligência Fiscal (SIF).

A consolidação da estrutura organizacional da Copei, verificada ao longo de seus vinte e um anos de criação, reflete o alinhamento estratégico da RFB com outras instituições que decidiram investir na formação e na otimização de áreas de Inteligência visando à ampliação de suas capacidades de identificar e combater organizações que praticam ilícitos cujas características, abrangência e amplitude merecem atenção especial do Estado brasileiro. A decisiva participação da coordenação-geral em diversas investigações de vulto, tais como Lava Jato, Calicute, Custo Brasil, Zelotes, Persona, Dilúvio, dentre tantas outras, demonstra a importância para a sociedade do modelo adotado.

São vinte e um anos marcados por incansável atuação visando à justiça fiscal, ao incremento na arrecadação e à tributação e efetivo controle de setores e organizações que operam à margem da lei, por meio de esquemas ilícitos de difícil detecção e produção de provas. Vinte e um anos contribuindo para o fortalecimento do importante papel da RFB no esforço do Estado para combater a criminalidade organizada.

